

## APÊNDICE ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	30790/2025
Estudo Preliminar nº:	016/2025
Secretaria:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Setor / Órgão:	Subsecretaria de Inclusão e Acessibilidade / Gerência de Proteção Social Especial
Objetivo:	Trata-se de um estudo preliminar referente à contratação de empresa especializada para a confecção de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), acompanhadas de cordão de identificação, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes de inclusão e acessibilidade.
Equipe de Planejamento:	<b>Gestores:</b> Carlos Augusto Rodrigues e Silva, Subsecretário de Inclusão e Acessibilidade, matrícula 63.814, e, Rosângela Caterina Cassano, Gerente de Proteção Social Especial, matrícula 199.059.
	<b>Apoio Técnico Administrativo, elaboradora com base nos dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD:</b> Caroline Guimarães Monteiro, Assessora Nível Intermediário, matrícula 63.647.
	<b>De acordo:</b> Yuri Guimarães Felisberto Bezerra, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, matrícula 100.518.
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p><b>Fundamentação:</b> Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano de Contratações Anual (PAC) desta Administração Pública Municipal uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. O artigo 12, inciso VII e § 1º desta lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano de Contratações Anual (PAC). Vale destacar que o PAC é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o PAC seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regule esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do PAC. Portanto, esta Secretaria aguarda tal regulamentação, incluindo a criação e regulamentação do Plano de Contratações Anual, para estabelecer o PAC anual desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.</p>	

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

**Fundamentação:** (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública para a confecção de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), acompanhadas de cordão de identificação, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes de inclusão e acessibilidade.

O presente estudo têm por finalidade subsidiar a instrução de futuro procedimento de contratação pública destinado à confecção de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), acompanhadas de cordão de identificação. A iniciativa observa a legislação vigente e alinha-se às diretrizes de inclusão, acessibilidade e promoção dos direitos da pessoa com deficiência, assegurando a efetiva garantia de cidadania e o pleno exercício de seus direitos.

Cumprir destacar que a emissão da CIPTA encontra amparo na Lei Federal nº 13.977/2020, que instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), diplomas legais que reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à proteção, à inclusão social e à eliminação de barreiras que dificultem a plena participação da pessoa com deficiência na sociedade. Assim, a contratação proposta visa assegurar o atendimento adequado e tempestivo da demanda, garantindo o cumprimento dos preceitos legais e a promoção da dignidade da pessoa humana.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

**Fundamentação:** Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Contratação de empresa especializada para a confecção de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), acompanhadas de cordão de identificação, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes de inclusão e acessibilidade, conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
<b>LOTE ÚNICO</b>				
01	10111	<p>Contratação de empresa especializada para a confecção de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), com as especificações e informações detalhadas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Crachá em pvc, fundo branco, letras pretas, dimensões 86 x 54 mm;</li> <li>- Foto 3x4;</li> <li>- Nome completo;</li> <li>- Filiação;</li> <li>- Endereço residencial completo;</li> <li>- Local e data de nascimento;</li> <li>- Tipo sanguíneo;</li> <li>- Número de telefone do responsável;</li> <li>- Número do RG e do CPF.</li> </ul>	UNIDADE	500

02	22810	<p>Cordão Porta-Crachá, confeccionado em poliéster de alta qualidade, antialérgico, impresso frente e verso com cores vivas, com estampa quebra-cabeça padrão autista (foto abaixo), chapinha niquelada para cordão, com prendedor argola 16 mm de diâmetro niquelada.</p> <p>- Tamanho: 48 x 2 cm, aproximadamente.</p> 	UNIDADE	500
----	-------	---	---------	-----

A contratação deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

- Da sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Os crachás e cordões a serem confeccionados deverão utilizar insumos de menor impacto ambiental possível, priorizando materiais sustentáveis, recicláveis ou reutilizáveis, de forma a reduzir a geração de resíduos sólidos. O descarte, substituição ou eventual reaproveitamento desses materiais deverá observar práticas ambientalmente corretas, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), privilegiando a logística reversa e a destinação adequada.

As tintas empregadas na personalização das carteiras deverão ser de natureza ecológica, preferencialmente à base de água ou vegetal, livres de solventes e compostos tóxicos, de modo a minimizar os impactos ambientais e riscos à saúde.

A contratada deverá adotar ainda, sempre que possível, processos produtivos que favoreçam a eficiência no uso de recursos naturais, como a redução do consumo de água e energia.

- Da indicação de marcas ou modelos:

Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

- Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostra.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

**Fundamentação:** Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A memória de cálculo para a confecção de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA) fundamenta-se no histórico de emissões já realizadas, conforme Memorando SEEDSDH nº 226/2025 anexo.

As emissões têm ocorrido em remessas periódicas, de acordo com a demanda apresentada pela população, sendo registrados os seguintes quantitativos até o mês de junho de 2025:

- 1ª Remessa: 194 carteiras emitidas em abril de 2024;
- 2ª Remessa: 34 carteiras emitidas em junho de 2024;
- 3ª Remessa: 35 carteiras emitidas em agosto de 2024;
- 4ª Remessa: 28 carteiras emitidas em dezembro de 2024;
- 5ª Remessa: 32 carteiras emitidas em março de 2025;
- 6ª Remessa: 35 carteiras emitidas em junho de 2025.

Assim, verifica-se que, no período compreendido entre abril de 2024 e junho de 2025, foram emitidas **358 (trezentas e cinquenta e oito)** unidades da CIPTEA, número que reflete a demanda real do serviço e serve como parâmetro para o dimensionamento da contratação ora proposta.

Sendo assim, para o planejamento da presente contratação, estima-se a confecção de 500 unidades. Tal estimativa superior ao consumo histórico justifica-se pela natureza da demanda, que é variável e possivelmente crescente, considerando:

- a ampliação da divulgação dos direitos da pessoa com TEA e, consequentemente, do acesso à carteira;
- a possibilidade de aumento de solicitações em função de campanhas institucionais e do crescimento populacional;
- a necessidade de prevenir eventuais atrasos no atendimento diante de uma procura maior que a média histórica.

Dessa forma, a previsão de 500 unidades garante margem de segurança para atender integralmente a população usuária, sem comprometer a continuidade e a eficiência do serviço, à luz do artigo 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

**Fundamentação:** Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do Decreto nº 2.007, de 16 de fevereiro de 2023, a responsabilidade pela realização da pesquisa de mercado cabe à Secretaria de Licitações e Planejamento. No entanto, em observância às orientações da Controladoria, foi realizada pesquisa no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), com o objetivo de identificar contratações similares à presente demanda.

Ressalte-se que os preços obtidos por meio do PNCP referem-se a contratações semelhantes, mas não necessariamente idênticas em termos de quantitativos e especificações técnicas. Dessa forma, tais valores não podem ser considerados como parâmetro definitivo para balizar o certame, sendo imprescindível que a Secretaria competente, nos termos do Decreto supracitado, realize a pesquisa de preços de mercado de forma ampla e criteriosa, garantindo a adequação dos valores estimados e a viabilidade da contratação.

A pesquisa de mercado tem como finalidade principal aferir os parâmetros praticados no setor, tanto no âmbito público, quanto privado, possibilitando à Administração Pública realizar uma contratação que observe os princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência. Esse levantamento é essencial para garantir que os preços praticados estejam alinhados com os valores de mercado, prevenindo sobrepreços ou preços inexequíveis, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de considerar, nos estudos preliminares, os valores de referência extraídos de Atas de Registro de Preços de contratações similares, bem como os preços praticados em licitações conduzidas sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O levantamento deve abranger órgãos e entidades da Administração Pública que tenham realizado contratações com o mesmo objeto, garantindo assim a conformidade com as diretrizes normativas e a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

Segue, portanto, quadro demonstrativo consolidando os resultados dessa pesquisa preliminar, a fim de subsidiar a análise e a tomada de decisão quanto à estimativa de preços para a presente contratação, conforme quadro demonstrativo abaixo:

**ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE / FORMA DE CONTRATAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA/AL	CONFECÇÃO / MAGNETIZAÇÃO - CARTÃO PERSONALIZADO	R\$ 3,90	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II <b>TIPO:</b> AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA <b>MODO DE DISPUTA:</b> DISPENSA COM DISPUTA <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 49117605000156-1-000002/2023 <b>FONTE:</b> COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE MONTE BELO/MG	CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA CIPTEA...	R\$ 8,30	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> PREGÃO-ELETRÔNICO <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 28, I <b>TIPO:</b> EDITAL <b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO-FECHADO <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> SIM <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 18668376000134-1-000033/2024 <b>FONTE:</b> GOVERNANÇABRASIL TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA/AL	CONFECÇÃO / MAGNETIZAÇÃO - CARTÃO PERSONALIZADO	R\$ 3,00	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II <b>TIPO:</b> AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

			<b>MODO DE DISPUTA:</b> DISPENSA COM DISPUTA <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 49117605000156-1-000004/2025 <b>FONTE:</b> COMPRAS.GOV.BR
SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA/AL	CONFECÇÃO DE CORDÃO PARA CRACHÁ	R\$ 7,00	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II <b>TIPO:</b> AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA <b>MODO DE DISPUTA:</b> DISPENSA COM DISPUTA <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 49117605000156-1-000002/2023 <b>FONTE:</b> COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE MONTE BELO/MG	CORDÃO DIGITAL PERSONALIZADO PARA CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO...	R\$ 5,43	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> PREGÃO-ELETRÔNICO <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 28, I <b>TIPO:</b> EDITAL <b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO-FECHADO <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> SIM <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 18668376000134-1-000033/2024 <b>FONTE:</b> GOVERNANÇABRASIL TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA/AL	CONFECÇÃO DE CORDÃO PARA CRACHÁ	R\$ 2,80	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II <b>TIPO:</b> AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA <b>MODO DE DISPUTA:</b> DISPENSA COM DISPUTA <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 49117605000156-1-000004/2025 <b>FONTE:</b> COMPRAS.GOV.BR

**ORÇAMENTO/PREÇO PRATICADO DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO REALIZADA POR ESTA MUNICIPALIDADE**

EMPRESA	OBJETO	VALOR CONTRATADO
AMAZONAS COMÉRCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO	R\$ 2,78
	CORDÃO PORTA-CRACHÁ	R\$ 2,78

A Administração Pública pode contratar empresa especializada para confecção de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), acompanhadas de cordão de identificação, por meio de diferentes soluções de mercado. Aqui estão algumas soluções com suas vantagens e desvantagens:

**1. Contratação de gráfica especializada em documentos de identificação**☒ Vantagens:

- Experiência em segurança gráfica (uso de papel moeda, QR Code, holografia, etc.).
- Garantia de padronização e durabilidade do documento.
- Possibilidade de controle de autenticidade, reduzindo falsificações.

☒ Desvantagens:

- Custo mais elevado em razão da segurança gráfica.
- Prazo de entrega pode ser maior devido a processos mais complexos de produção.
- Pode exigir logística diferenciada para personalização (nome, foto, dados).

**2. Produção via empresa de crachás e cartões plásticos (PVC) personalizados**☒ Vantagens:

- Menor custo por unidade em comparação com gráfica de segurança.
- Processo de personalização simples (foto, dados, QR Code, código de barras).
- Material plástico (PVC) é resistente e durável.
- Possibilidade de integração com cordão personalizado.

☒ Desvantagens:

- Menor nível de segurança contra falsificação.
- Risco de padronização inferior se não houver bom controle de qualidade.
- Pode não transmitir o mesmo caráter oficial que documentos gráficos com segurança reforçada.

**3. Carteiras digitais (aplicativo ou versão em QR Code em smartphone)**☒ Vantagens:

- Custo reduzido em médio e longo prazo, pois diminui a necessidade de impressão física.
- Facilidade de atualização dos dados (sem reemissão física).
- Integração com bases de dados públicas (cadastros de saúde, assistência social).
- Maior praticidade para usuários mais jovens e familiares.

☒ Desvantagens:

- Exclusão digital (nem todos têm smartphone ou internet).
- Necessidade de investimento em desenvolvimento e manutenção de sistema/app.
- Pode gerar resistência de órgãos fiscalizadores que ainda exigem documento físico.

**4. Modelo híbrido (físico + digital)**☒ Vantagens:

- Garante inclusão (atende quem não tem acesso digital e quem prefere praticidade do celular).
- Reforça segurança com dupla possibilidade de validação (carteira física + QR Code digital).



- Mais transparente e confiável perante a sociedade.
- ✗ Desvantagens:
  - Maior custo inicial (produção física + desenvolvimento digital).
  - Exige gestão integrada de banco de dados e logística de distribuição.

#### 5. Produção artesanal/baixa escala via impressão em papel especial plastificado

- ☑ Vantagens:
  - Baixo custo de produção inicial.
  - Agilidade para pequenas quantidades.
  - Facilidade de descentralizar para municípios menores.
- ✗ Desvantagens:
  - Menor durabilidade (desgaste rápido do papel plastificado).
  - Baixa segurança contra falsificação.
  - Pode transmitir pouca formalidade e credibilidade.

### 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

**Fundamentação:** Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21.

Como já pontuado acima, conforme Decreto nº 2.007, de 16 de fevereiro de 2023, a Secretaria responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e contratação anterior. Com base nessa pesquisa, foi apurada a seguinte média de valores / valores estimados:

ITEM	MÉDIA PREÇO PNCP	PREÇO CONTRATAÇÃO ANTERIOR	MÉDIA PARÂMETROS	QTDE	PREÇO ESTIMADO
ITEM 01 - CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO	R\$ 5,07	R\$ 2,78	R\$ 3,92	500 UN	R\$ 1.960,00
ITEM 02 - CORDÃO PORTA-CRACHÁ	R\$ 5,08	R\$ 2,78	R\$ 3,93	500 UN	R\$ 1.965,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 3.925,00

### 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

**Fundamentação:** Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Considerando as soluções dispostas no item 06, afigura-se mais adequada a contratação da Administração Pública junto a **gráfica especializada em documentos de identificação ou empresa de crachás e cartões plásticos (PVC) personalizados**, uma vez que ambas garantem qualidade, padronização e maior durabilidade das Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), acompanhadas de cordão de uso obrigatório.

Entre essas opções, a produção via cartões em PVC personalizados apresenta-se como alternativa economicamente mais vantajosa, mantendo níveis satisfatórios de resistência, legibilidade e personalização (com foto, dados do titular), ao mesmo tempo em que assegura logística simplificada



para confecção e distribuição em larga escala. Já a gráfica especializada pode ser acionada caso se verifique a necessidade de recursos adicionais de segurança gráfica (hologramas, marcas d'água), sendo igualmente uma solução tecnicamente válida.

Nesse contexto, demonstra-se mais adequada a adoção da modalidade **pregão eletrônico**, prevista no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, utilizando o **sistema de registro de preços (SRP)**, disciplinado pelos arts. 78, inciso IV, e 84 da referida lei, bem como pelo art. 3º, inciso V, do Decreto Federal nº 11.462/2023, através do critério de julgamento do **menor preço global por lote**, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Primeiramente, a modalidade de **pregão eletrônico** é amplamente reconhecida por sua capacidade de proporcionar maior competitividade e transparência no processo licitatório. Ao ser realizado de forma eletrônica, o pregão permite a ampla participação de fornecedores, assegurando que a Administração Pública obtenha a proposta mais vantajosa em termos de custo-benefício. O uso da internet como plataforma de disputa elimina barreiras geográficas e promove um ambiente mais democrático, facilitando o acesso de empresas de diferentes regiões ao processo licitatório.

Além disso, a modalidade de pregão eletrônico oferece uma grande vantagem no que diz respeito à transparência e controle, princípios essenciais na Administração Pública. Todos os atos do processo licitatório são registrados de forma eletrônica e ficam disponíveis para consulta pública, garantindo que a escolha do fornecedor seja feita de acordo com critérios claros e acessíveis a todos os interessados. Isso fortalece o controle social e facilita a fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos.

A adoção do **sistema de registro de preços (SRP)**, por sua vez, oferece a flexibilidade necessária para atender à natureza imprevisível da demanda pelas Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA). Como esse tipo de serviço é caracterizado por ser de caráter imprevisível, o SRP permite que a Administração Pública registre preços para a contratação conforme a necessidade real, sem a necessidade de uma nova licitação para cada novo ocorrido. Isso otimiza o tempo e recursos da Administração Pública, garantindo que os serviços sejam prestados de forma contínua e sem interrupções.

Ademais, permite a economia de escala, pois a Administração pode contratar serviços com preços previamente registrados e, ao longo da vigência do registro, fazer novas aquisições conforme a demanda, sem a necessidade de novas licitações. O uso dessa modalidade reduz os custos operacionais da Administração Pública, uma vez que a licitação é feita de maneira concentrada, sem a necessidade de múltiplos processos licitatórios.

Ao adotar essa modalidade de contratação, a Administração Pública não apenas cumpre os requisitos legais, mas também assegura a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população, de forma eficiente e econômica. O processo de pregão eletrônico com SRP oferece as condições ideais para garantir a escolha de fornecedores qualificados, comprometidos com a qualidade do serviço, e que atendem às necessidades da população de maneira célere e eficaz, especialmente em momentos de urgência.

A opção pelo critério de julgamento por **menor preço global por lote** é justificável, pois atribui ao mesmo fornecedor a responsabilidade pela entrega tanto do crachá, quanto do cordão, diminuindo a complexidade administrativa. Ao contratar um lote completo, a Administração Pública garante a padronização estética e funcional das carteiras e dos cordões, simplifica a logística de aquisição e distribuição e reduz custos administrativos, além de mitigar riscos de incompatibilidade técnica que poderiam ocorrer na hipótese de contratação de empresas distintas para cada item.

O critério de menor preço global por lote também facilita a fiscalização e o monitoramento da execução contratual. Com um único fornecedor responsável pelo lote completo, a Administração Pública consegue acompanhar com mais eficiência a entrega das carteiras, sem a complexidade de gerenciar múltiplos contratos. Isso proporciona maior controle sobre o cumprimento das obrigações e a qualidade das carteiras e cordões a serem entregues, ao mesmo tempo em que garante o melhor preço.

Em termos de economia de recursos, o critério de menor preço global por lote propicia condições mais vantajosas para a Administração Pública, pois ao contratar um lote completo, o fornecedor pode oferecer preços mais baixos devido ao volume agregado. Essa estratégia pode resultar em uma

significativa redução nos custos unitários, maximizando a utilização dos recursos públicos disponíveis para essa finalidade.

Por fim, o serviço objeto do presente trata-se de bem comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII e do art. 29, ambos da Lei nº 14.133/2021

Sendo assim, as soluções disponíveis foram analisadas e detalhadas a partir das pesquisas de mercado e de preços realizadas, considerando-se os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Nesse contexto, conclui-se que a alternativa mais adequada consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o **sistema de registro de preços (SRP)**, previsto nos arts. 78, inciso IV, e 84 da referida lei, bem como no art. 3º, inciso V, do Decreto Federal nº 11.462/2023. O critério de julgamento deverá ser o de **menor preço global por lote**, conforme dispõe o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, assegurando padronização e racionalização logística, além da observância aos princípios da economicidade e eficiência. Ressalte-se que a presente contratação observa, ainda, os ditames constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, bem como a exigência de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações, nos termos do art. 37, *caput* e inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

#### **9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:**

**Fundamentação:** Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Considerando o exposto no presente processo, a licitação será realizada por menor preço global por lote, sem parcelamento do objeto, em consonância com o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A opção por não parcelar a solução decorre da análise técnica e econômica, sendo que, após estudo detalhado, concluiu-se que:

A divisão do objeto **não é tecnicamente viável**, tendo em vista que a confecção das Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), acompanhadas de cordão de identificação, exige padronização, uniformidade e controle de qualidade integrados. A fragmentação do objeto poderia comprometer a consistência visual, a segurança do documento e a eficiência no processo de emissão.

A divisão **não é economicamente viável**, pois, ao invés de gerar benefícios, resultaria em custos adicionais para a Administração Pública e para os fornecedores, em razão da necessidade de celebração de múltiplos contratos, aumento da burocracia e maior complexidade na gestão contratual.

**Não há perda de escala** ao não parcelar o objeto, uma vez que a contratação única garante maior eficiência na execução, padronização do material, agilidade no atendimento e maior segurança no controle das emissões.

A divisão tampouco **traria maior aproveitamento do mercado ou ampliaria a competitividade**, considerando que a natureza do serviço demanda padronização gráfica e técnica, o que recomenda a contratação única para assegurar qualidade, segurança e conformidade legal.

Diante dessa análise, a decisão pela realização de processo licitatório único, sem parcelamento, fundamenta-se na necessidade de garantir padronização, eficiência logística e economicidade na contratação. A confecção das Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA) está intrinsecamente vinculada ao fornecimento dos cordões de identificação, de modo que ambos os itens devem apresentar uniformidade estética, material compatível e padrão de qualidade homogêneo, a fim de conferir segurança, legitimidade e reconhecimento social ao documento.

O parcelamento do objeto em lotes ou itens distintos poderia acarretar a contratação de fornecedores diferentes para cada item (crachás e cordões), o que aumentaria o risco de incompatibilidades técnicas, divergências de cores, materiais e acabamentos, comprometendo a identidade visual e a finalidade pública da política. Ademais, essa fragmentação traria custos adicionais de gestão e fiscalização

contratual, onerando desnecessariamente a Administração e contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

Por essa razão, revela-se mais vantajosa a adoção do critério de julgamento pelo menor preço global por lote, conforme autoriza o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Esse critério assegura que a empresa vencedora será responsável pelo fornecimento integral do lote (crachá e cordão), simplificando a logística de produção e distribuição, garantindo padronização, reduzindo custos administrativos e assegurando melhor aproveitamento da economia de escala.

Destaca-se, ainda, que tal decisão está em consonância com o disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o parcelamento deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável. No caso em exame, restou demonstrado que a divisão do objeto não traria vantagem para a Administração, sendo a contratação global, a medida que melhor atende ao interesse público.

Assim, a adoção de processo licitatório único, com julgamento pelo menor preço global por lote, garante a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*, da CF/88), bem como da economicidade prevista na Lei nº 14.133/2021, configurando a solução mais adequada sob os aspectos jurídico, técnico e econômico.

Outrossim, é oportuno destacar o Acórdão nº 75.681/2022 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), o qual dispõe que a decisão acerca da divisibilidade ou não do objeto da licitação em lotes ou itens se insere no âmbito da discricionariedade administrativa. Nessa medida, cabe ao gestor público, durante a fase de planejamento, avaliar qual a melhor forma de atender ao interesse público, considerando as especificidades do objeto e as necessidades da Administração.

#### **10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:**

**Fundamentação:** Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A contratação ora pretendida reveste-se de fundamental importância, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.977/2020 (Lei Romeo Mion), que alterou a Lei nº 12.764/2012, instituindo a obrigatoriedade da emissão gratuita da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Este documento visa garantir prioridade de atendimento, visibilidade e reconhecimento formal das pessoas com TEA, assegurando seus direitos e promovendo a inclusão social.

Com a execução dos serviços objeto da presente contratação, espera-se alcançar os seguintes benefícios principais:

- A garantia do direito de prioridade de atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, conforme assegurado pela legislação vigente;
- A ampliação da inclusão social, uma vez que a CIPTEA é instrumento de reconhecimento oficial da condição, facilitando o acesso a serviços públicos e privados;
- A padronização e segurança do documento, por meio de materiais duráveis e mecanismos antifraude, conferindo maior confiabilidade à identificação;
- A agilidade e eficiência administrativa, com processo estruturado de emissão e distribuição, evitando atrasos e falhas no atendimento da demanda;
- A redução de litígios e reclamações administrativas, uma vez que a pronta emissão da CIPTEA atende ao comando legal e evita o descumprimento de direitos;
- O fortalecimento da imagem institucional da Secretaria, que demonstra sensibilidade social e comprometimento com políticas de inclusão;
- O apoio às famílias e cuidadores, que passam a contar com documento oficial facilitador no cotidiano, especialmente em situações que envolvem prioridade de atendimento em serviços essenciais.

#### 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

**Fundamentação:** Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Para a contratação pretendida, não se revela necessária a adoção de providências prévias por parte da Administração. Contudo, em consonância com a legislação vigente, impõe-se a necessidade de capacitação dos servidores incumbidos de atuar na condução do processo licitatório e na fiscalização da execução do objeto contratado. A referida capacitação deverá ser conduzida pelo fiscal do contrato, com a devida supervisão do gestor responsável.

A qualificação contínua dos servidores responsáveis pela fiscalização contratual é de suma importância para a melhoria dos mecanismos de controle, visando assegurar a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência, garantindo a correta execução dos contratos administrativos e o fiel cumprimento das condições pactuadas.

#### 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

**Fundamentação:** Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.

#### 13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

**Fundamentação:** Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Os crachás e cordões a serem confeccionados deverão utilizar insumos de menor impacto ambiental possível, priorizando materiais sustentáveis, recicláveis ou reutilizáveis, de forma a reduzir a geração de resíduos sólidos. O descarte, substituição ou eventual reaproveitamento desses materiais deverá observar práticas ambientalmente corretas, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), privilegiando a logística reversa e a destinação adequada.

As tintas empregadas na personalização das carteiras deverão ser de natureza ecológica, preferencialmente à base de água ou vegetal, livres de solventes e compostos tóxicos, de modo a minimizar os impactos ambientais e riscos à saúde.

A contratada deverá adotar ainda, sempre que possível, processos produtivos que favoreçam a eficiência no uso de recursos naturais, como a redução do consumo de água e energia.

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

**Fundamentação:** Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A contratação objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desta forma, declaramos a viabilidade da contratação, com base no estudo realizado, uma vez que é viável, necessária e adequada a presente Secretaria e ao referido equipamento requisitante.

**15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:**

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Gestores:	Elaboradora segundo dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD / Apoio Técnico Administrativo:
<div data-bbox="252 757 753 862"><hr/><p><b>Carlos Augusto Rodrigues e Silva</b> Subsecretário de Inclusão e Acessibilidade Mat. 63.814</p></div> <div data-bbox="290 958 715 1064"><hr/><p><b>Rosângela Caterina Cassano</b> Gerente de Proteção Social Especial Mat. 199.059</p></div>	<div data-bbox="970 676 1337 781"><hr/><p><b>Caroline Guimarães Monteiro</b> Assessora Nível Intermediário Mat. 63.647</p></div> <div data-bbox="858 967 1449 1104"><hr/><p>Visto e revisado por <b>Monara Tavares da Silva Cunha</b> Assessora Nível Superior de Apoio Administrativo Mat. 199.511</p></div>

Nova Friburgo/RJ, 15 de setembro de 2025.

De acordo:

---

**Yuri Guimarães Felisberto Bezerra**  
Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos  
Mat. 100.518